

## **CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2009/2010 JUIZ DE FORA - MG**

O SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO HOTELEIRO E SIMILARES DE JUIZ DE FORA e o SINDICATO DE HOTÉIS, RESTAURANTES, BARES E SIMILARES DE JUIZ DE FORA E 114 MUNICÍPIOS DE MINAS GERAIS, por seus representantes adiante assinados, resolvem celebrar a presente **CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO** e o fazem mediante as cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – CORREÇÃO SALARIAL** - Os salários dos empregados pertencentes à categoria profissional no setor de hotéis, restaurantes, bares e similares, representada na base territorial de Juiz de Fora pela entidade sindical acima referida, serão reajustados, a partir de 01 (um) de maio de 2009 (dois mil e nove) mediante aplicação do índice de 10% (dez inteiros por cento) concedidos e pagos no mês de maio de 2008 (dois mil e oito) garantindo-se todavia os pisos salariais fixados nesta Convenção.

§ Único – O reajuste de 10% (dez inteiros por cento) corresponde ao somatório do índice de 5,83%( cinco vírgula oitenta e três por cento), pertinente à variação acumulada do INPC (IBGE) verificada no período de 12 (doze) meses anteriores, acrescido de 4,17% (quatro vírgula dezessete por cento) concedidos a título de ganho real de salário.

**CLÁUSULA SEGUNDA – EMPREGADOS ADMITIDOS APÓS 30/04/2009** – Para os empregados admitidos após 30/04/2009, durante os três primeiros meses de trabalho, será observado e praticado o salário normativo de, no mínimo, R\$ 486,82 (quatrocentos e oitenta e seis reais e oitenta e dois centavos), exceto para os empregados que, por ocasião da admissão no atual emprego, apresentem CTPS devidamente anotada e comprobatória de sua integração à categoria profissional abrangida pela presente CCT, os quais receberão os salários normativos na forma prevista abaixo.

**CLÁUSULA TERCEIRA - SALÁRIOS NORMATIVOS** – Observado o percentual de correção indicado na cláusula primeira e seu parágrafo único foram negociados e concedidos os valores referidos no quadro a seguir, a título de salários normativos, sendo certo que o salário normativo da categoria

passa a ser no mínimo de R\$ 526,00 (quinhentos e vinte e seis reais) a partir de 01/05/2009, com ressalva do contido na cláusula anterior:

<b>CBO</b>	<b>FUNÇÕES</b>	<b>2009</b>
	Salário de Ingresso - durante os primeiros 03 (três) meses – para os empregados admitidos após 30/04/09	486,82
5134-05	Garçom	526,00
5134-20	Barmam	526,00
5134-25	Copeiro	526,00
5134-35	Atendente de Lanchonete	526,00
5135-05	Ajudante de Cozinha	526,00
4211-25	Caixa (acrescentar +10% de quebra de caixa, cf. Abaixo, cláusula 4ª)	526,00
5132-05	Cozinheiro Geral, (Lancheiro, Churrasqueiro)	615,75
8483-15	Pasteleiro e Pizzaiolo	615,75
5101-35	Maitre	615,75
4221-05	Recepcionista Bilíngüe	615,75
4221-20	Recepcionista	598,17
4110-05	Auxiliar de Escritório	598,17
4101-05	Supervisor Administrativo	615,75
5133-15	Camareira	563,00
5141-10	Garagista(Manobrista)	563,00
5164-05	Lavadeira	563,00
5164-15	Passadeira	563,00
4122-05	Contínuo(Bagageiro, Mensageiro, Office boy/girl)	526,00

**CLÁUSULA QUARTA – QUEBRA DE CAIXA** - O salário do Caixa, conforme indicado no quadro acima é acrescido de 10% (dez por cento) a título de quebra de caixa que possuirá natureza eminentemente indenizatória.

**CLÁUSULA QUINTA – SALÁRIO PARADIGMA** - Nenhum empregado poderá receber salário inferior ao do seu colega mais antigo de casa que preste serviço ao mesmo empregador, no mesmo cargo e função, servindo pois, o salário deste, como paradigma para o mais novo, em tudo observado o previsto no parágrafo primeiro do artigo 461 da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho).

**CLÁUSULA SEXTA – DESCANSOS SEMANAIS REMUNERADOS** - Para os empregados que gozam os seus descansos semanais remunerados em dias úteis da semana, o empregador, obrigatoriamente, em observância à lei,

em cada mês de trabalho, reservará pelo menos um (1) domingo para concessão de folga por empregado.

**CLÁUSULA SETIMA – ADIANTAMENTO DE VALES** - As empresas concederão a seus empregados um adiantamento salarial (vale) de 40% (quarenta por cento) do salário devido no 15º dia útil após o pagamento mensal habitual.

§ único – Excetua-se da aplicação desta cláusula as empresas que efetuam o pagamento integralmente no mês de referência, as empresas que fazem pagamento semanal e quando o empregado não o solicitar.

**CLÁUSULA OITAVA – GARANTIA DE SALÁRIO AO SUBSTITUTO** – Nos termos da Súmula 159 – I do TST, enquanto perdurar a substituição que não tenha caráter meramente eventual, inclusive nas férias, o empregado substituto fará jus ao salário contratual do substituído.

§ único – Também nos termos da Súmula indicada no *caput*, inciso II, vago o cargo em definitivo, o empregado que passa a ocupá-lo não terá direito a salário igual ao do antecessor.

**CLÁUSULA NONA – COMPROVANTE DE PAGAMENTO** - Os empregadores ficam obrigados a fornecerem a seus empregados comprovantes de pagamento, contendo a identificação da empresa, a natureza e os valores das importâncias pagas e dos descontos efetuados.

**CLÁUSULA DÉCIMA – VEDAÇÃO DE DESCONTOS** – É vedado o desconto nos salários dos empregados para cobertura de extravios, quebra de caixa, de materiais, de uniforme de uso obrigatório, bem como ainda, de cheques emitidos por clientes e devolvidos por insuficiência de fundos, respeitando o disposto no art. 462 da CLT.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - UNIFORME** - O uniforme de uso no trabalho, quando exigido pela empresa, será fornecido pela mesma, no limite mínimo de dois (2) por ano de trabalho, sem qualquer ônus para o empregado.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - LANCHES DIÁRIOS** - As empresas que tenham serviço de alimentação completo, se obrigam a fornecer a cada um de seus empregados, GRATUITAMENTE, dois (2) lanches diários, para serem consumidos na própria empresa, desde que os horários de trabalho dos

mesmos coincidam com horário normal da empresa no preparo da alimentação habitual para os seus clientes, não podendo, em hipótese alguma, aludido fornecimento ser considerado salário indireto, por ser efetuado de modo a suprir necessidade essencial à execução dos serviços, pelo que não integrará o salário para nenhum efeito.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - ALIMENTAÇÃO** - Os empregados na função de COZINHEIRO GERAL e AJUDANTE DE COZINHA receberão alimentação, sendo vedado ao empregador, qualquer desconto no salário a tal título, não podendo, em hipótese alguma, aludido fornecimento ser considerado como salário indireto, por ser efetuado de modo a suprir necessidade essencial à execução dos serviços, pelo que não integrará o salário para nenhum efeito.

§ único – Os empregadores que o desejarem poderão, por mera liberalidade, e sem qualquer obrigação de continuidade, estender o fornecimento de alimentação aos demais empregados, quando, a seu exclusivo critério, entenderem que aludido fornecimento suprirá necessidade essencial à execução dos serviços, aplicando-se, nestas situações, a mesma regra estabelecida nessa cláusula, ou seja, em hipótese alguma, aludido fornecimento poderá ser considerado como salário indireto, por ser efetuado de modo a suprir necessidade essencial à execução dos serviços, pelo que não integrará o salário para nenhum efeito.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - CTPS** - Antes da rescisão do contrato de trabalho, a CTPS será obrigatoriamente apresentada pelo empregado à empregadora, contra recibo, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas que antecederem à formalização da rescisão, para que nela anote a data de sua saída e a devolva ao seu titular no ato da rescisão contratual.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - ATESTADO DE BOA CONDUTA** - Para fins de novo emprego, por solicitação do empregado, deverá a empresa, atestar, por escrito, a sua boa conduta, se for o caso, no período do contrato de trabalho celebrado com a mesma.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA– PAGAMENTO EM DOBRO** – Todo trabalho prestado em qualquer domingo ou feriado, que não tenha sido compensado com folga na mesma semana, será remunerado, obrigatoriamente, EM DOBRO, sem prejuízo da remuneração relativa ao repouso semanal, de

conformidade com o contido na Súmula 146, do Tribunal Superior do Trabalho.

**CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA - VALE TRANSPORTE** - As empresas fornecerão aos seus empregados os **VALES-TRANSPORTE**, desde que por eles solicitados, ficando desobrigadas aquelas empresas que forneçam transporte próprio, sob pena da propositura da competente ação na Justiça, além de se sujeitar o infrator à multa prevista em lei.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - ASSISTÊNCIA À RESCISÃO DE CONTRATO DE TRABALHO** - O recibo de quitação de rescisão de contrato de trabalho dos empregados, representados na base territorial de Juiz de Fora pelo Sindicato dos Empregados, ora conveniente, **COM QUALQUER TEMPO DE SERVIÇO**, só será válido quando feito com a assistência do Sindicato dos Empregados.

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DESCONTOS EM FOLHA DE PAGAMENTO** - As contribuições devidas ao Sindicato dos Empregados por parte dos empregados, associados ou não, tais como mensalidades sociais, planos de saúde e tratamentos dentários, deverão ser descontadas pelas empresas nas folhas de pagamento dos salários e recolhidas ao Sindicato credor, através de funcionário seu credenciado, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o desconto.

§ único – Para efetivação dos descontos objeto desta cláusula, o Sindicato dos Empregados deverá apresentar, à firma empregadora, autorização por escrito do empregado devedor.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA - DISPENSA POR JUSTA CAUSA** - No caso de dispensa por JUSTA CAUSA fica o empregador obrigado a comunicá-la ao empregado, deste colhendo recibo de entrega, narrando os motivos da dispensa, de forma expressa, sob pena de gerar presunção de dispensa imotivada.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - AUXÍLIO FUNERAL** - Os empregadores pagarão aos dependentes dos seus empregados que falecerem por qualquer motivo (acidente no trabalho, doença profissional ou morte natural), **AUXÍLIO FUNERAL** de valor idêntico a um (01) salário nominal do falecido.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - EXAMES MÉDICOS** - Os exames médicos e laboratoriais, quando exigidos pela empresa ou por lei, serão pagos pela empresa empregadora e efetuados sempre nos locais determinados pela mesma.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - LICENÇA DO TRABALHO PARA OS DIRIGENTES DO SINDICATO** - Aos membros da diretoria do Sindicato dos empregados, sem qualquer prejuízo de ordem salarial, ficam garantidas suas ausências ao serviço, para tratar de assunto sindical, até, no máximo, cinco (05) dias por ano.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – PRÊMIO ASSIDUIDADE DE FÉRIAS** - Fica assegurado um prêmio a ser devido e pago aos empregados quando entrarem em gozo de suas férias, equivalente ao valor de 10% (dez por cento) do maior salário pago ao respectivo empregado a ser beneficiado, quando este não tiver tido mais de duas faltas ao serviço, justificadas ou não, no período aquisitivo de suas férias.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - ART. 488 DA CLT** - As 02 (duas) horas diárias de que cogita o art. 488 da CLT, serão utilizadas, a critério do empregador, no início ou no fim da jornada de trabalho.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – TAXA ASSISTENCIAL PELAS EMPRESAS-** As empresas representadas pelo Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de Juiz de Fora e 114 Municípios de Minas Gerais contribuirão, mensalmente, com importância equivalente a 2% (dois por cento) do total bruto dos salários pagos aos empregados, constantes das respectivas folhas de pagamento das referidas empresas, sendo que 1% (um por cento) das importâncias será destinado ao Sindicato dos Empregados no Comércio Hoteleiro e Similares de Juiz de Fora, e 1% (um por cento) ao Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de Juiz de Fora e 114 Municípios de Minas Gerais (Patronal).

§ primeiro – Os recolhimentos de que tratam esta cláusula serão efetuados diretamente aos respectivos sindicatos representantes das categorias profissional e econômica, por intermédio de guias próprias fornecidas pelos mesmos;

§ Segundo – O prazo para recolhimento das importâncias previstas nesta cláusula não poderá exceder ao 15º (décimo quinto) dia útil de cada mês,

incorrendo a empresa infratora no pagamento de uma multa de 10% (dez por cento) do valor devido, mais juros legais;

**CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - CONTRIBUIÇÃO ASSOCIATIVA DOS EMPREGADOS** – Cada empregado associado contribuirá, mensalmente, a partir de 01.05.2009, com a importância de R\$ 18,00 (dezoito reais) mensais, que será paga diretamente pelo empregado na sede do Sindicato ou descontado em folha de pagamento, desde que autorizado o desconto pelo empregado, até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao vencido. Os benefícios que advirão desta contribuição serão noticiados a todos os empregados quando forem sendo concedidos.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - CONTRIBUIÇÃO PARA AMPLIAÇÃO DE SERVIÇOS ASSISTENCIAIS** - Todas as empresas integrantes da categoria econômica possuidoras ou não de empregados, conforme aprovação da Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 13/05/2009, recolherão a favor do Sindicato de Hotéis, Restaurantes Bares e Similares de Juiz de Fora, no máximo até o dia 15/06/2009 (quinze de junho de dois mil e nove), em se tratando de microempresas devidamente registradas no Ministério da Fazenda, o valor único de R\$ 40,00 (quarenta reais), ou não se tratando de microempresas, o valor único de R\$ 60,00 (sessenta reais), importâncias estas a serem recolhidas diretamente nas dependências da entidade patronal, casas lotéricas ou agência bancária por ela indicada. As importâncias arrecadadas serão aplicadas no Programa de Ampliação dos Serviços Assistenciais da Categoria Econômica, sob pena de multa de até 10% (dez por cento) do valor devido, mais juros legais, sendo certo que, em caso de inadimplência, a quantia devida será cobrada judicialmente, mediante ação executiva, ficando esclarecido que ditas importâncias não poderão, em hipótese alguma, ser descontadas dos empregados, sendo pagas, portanto, pelos empregadores, **sejam eles associados ou não do sindicato patronal beneficiado**, tudo de conformidade com a legislação pertinente, cabendo à entidade sindical por último referida todas e quaisquer formas de disciplinamento dos recolhimentos aqui estipulados.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - DIA DA CATEGORIA** – Tendo sido estabelecido pela Lei Municipal nº 8.645, de 16 de março de 1995 (mil novecentos e noventa e cinco), o DIA MUNICIPAL DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO HOTELEIRO E SIMILARES DE

JUIZ DE FORA, fixado para 11(onze) de agosto, esta data fica consignada nesta Convenção Coletiva de Trabalho, devendo ser observado o que consta na referida Lei, para os devidos fins e legais efeitos.

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA - ABRANGÊNCIA** - A presente Convenção Coletiva de Trabalho, a exemplo das que a antecederam, abrange, tão somente, as categorias patronal e dos empregados da cidade de Juiz de Fora, eis que ditas categorias nas demais cidades ficarão sujeitas às Convenções próprias, a serem celebradas posteriormente.

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA** – A presente CCT terá vigência pelo prazo de 01(um) ano a partir de 1º de maio de 2009 (dois mil e nove) até 30 (trinta) de abril de 2010 (dois mil e dez).

Juiz de Fora, 15 de maio de 2009.

Sindicato dos Empregados no Comércio Hoteleiro e Similares de Juiz de Fora

**Júlio César Ferreira da Rocha**

Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de Juiz de Fora e  
114Municípios de Minas Gerais

**Antônio Jorge Marques**

Rafael Sales Pimenta  
OAB/MG 56.917

Flávio de Almeida Oliveira Salles  
OAB/MG 15.328